

O PAPEL DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE)

*Francisca Auderlânia de Oliveira Dias¹
Emmanuel Diego Gonçalves de Freitas²*

RESUMO

O artigo retrata as eminentes aptidões da Educação a Distância (EAD) com o uso das TIC para o cumprimento das metas do PNE. O referido artigo tem como objetivo analisar e descrever o papel das TIC no cumprimento das metas do PNE, eis que emerge o ensino híbrido como uma futura tendência pedagógica, para um melhor atendimento frente as TIC focado no cumprimento das metas do PNE, e o decreto 9.057/17 será de suma importância para concretizar de fato o que já vem acontecendo, que o forte crescimento da EAD. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que nos possibilita perceber que as TIC deverá ser utilizada de modo concreto e com responsabilidade pois a EAD cresce a longos passos com algumas dificuldades e deficiências, em alguns casos prejudicando a qualidade de oferta do ensino por falta de profissionais qualificados adequadamente para este novo modelo que é o ensino híbrido

Palavras-chave: PNE 1; TIC 2; EAD 3; HÍBRIDO 4; DECRETO.

THE ROLE OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES (ICT) IN COMPLIANCE WITH THE GOALS OF THE NATIONAL EDUCATION PLAN (PNE)

ABSTRACT

The article portrays the eminent skills of the e-learning with the use of the ICT to the fulfillment of the goals of the PNE. The purpose of this article is to analyze and describe the role of ICTs in meeting the goals of the PNE. Hybrid education emerges as a future pedagogical trend, for better ICT service focused on meeting PNE goals, and the decree 9,057 / 17 will be of great importance in order to concretize in fact what has already been happening, that the strong growth of the EAD. The present work deals with a bibliographical and documentary research that allows us to perceive that ICT should be used in a concrete and responsible way since the EAD grows long steps with some difficulties and deficiencies, in some cases harming the quality of the offer of teaching due to the lack of professionals adequately qualified for this new model which is hybrid teaching.

Keywords: PNE 1, ICT 2, EAD 3; HYBRID 4; DECREE

¹ Acadêmica do curso de Especialização em Docência do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE Campus Cedro. E-mail: audelania_dias@hotmail.com

² Professor do curso de Especialização em Docência do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE Campus Cedro – Mestre em Engenharia Elétrica. E-mail: diego@ifce.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A educação à distância tornou-se realidade, e o número de alunos que aderem a esse tipo de ensino está estimado em mais de 1 milhão, hoje, somente no Brasil (BRASIL). Segundo o Censo de 2013, mais de 15% das matrículas em ensino superior são em cursos de ensino a distância (EAD). Atualmente, o País oferece mais de 1,2 mil opções nesta modalidade. Há equilíbrio na oferta dos cursos a distância entre os diferentes graus acadêmicos, havendo predomínio da participação das universidades privadas: 86,6% de participação. A licenciatura é o grau acadêmico que mais registra concluintes nesta modalidade de ensino (BRASIL).

Figurando a prática pedagógica em comunidades distantes dos grandes centros, fazendo com que a existência das TIC seja de fundamental importância para o crescimento e amplitude de acesso.

Em tal situação, o professor precisa saber que pode romper barreiras mesmo dentro da sala de aula, criando possibilidades de encontros *presenciais* e *virtuais* que levem o aluno a acessar as informações disponibilizadas no universo da sociedade do conhecimento. A rede informatizada contempla o registro e a manipulação dinâmica das informações escritas, sonoras e visuais combinadas. O docente precisa servir-se da informática como instrumento de sua prática pedagógica, consciente de que a lógica do consumo não pode ultrapassar a lógica da produção do conhecimento. Nessa ótica, o computador e a rede devem estar a serviço da escola e da aprendizagem (MORAN, *et al*, 2008, Pag. 78).

Para que se chegue a essa amplitude, o crescimento a Educação a Distância (EAD) é de suma importância a fim de atingir a meta 12 do (PNE) de 2014 a 2024 sendo um plano Biênio.

Meta 12 Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

E com tanta demanda a expansão da EAD eis que emerge novos profissionais no que diz respeito ao ensino e aprendizagem, disseminando diversas discussões em relação a prática pedagógica dos profissionais de EAD. Nesse sentido:

{...}, a prática pedagógica nesta modalidade deve proporcionar momentos de reflexão e problematização das situações pedagógicas vividas, o que implica um exercício de crítica sobre sua atuação e sobre a atuação do outro nos espaços, tempos e contextos em que estão interagindo, pois, além do conteúdo que está sendo trabalhado, há a dimensão pedagógica, a qual precisa ser pensada e vivida de forma reflexiva (HENRIQUES, C. M. *et al*, 2008).

O exercício da docência no ensino superior, e principalmente na EAD, deve ser pautado na formação que vise uma aprendizagem mais significativa utilizando de estratégias metodológicas, com vista na mudança como o docente lidar com a informação, com a construção do conhecimento e as práticas pedagógicas.

LÉVY (2005) questiona:

Como manter as práticas pedagógicas atualizadas com esses novos processos de transação de conhecimento? Não se trata aqui de usar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e, sobretudo, os papéis de professor e de aluno (LÉVY, 2005, p.172).

É de senso comum a trivialidade das tecnologias da informação no cotidiano humano, pelo fato de que é possível encontrá-las em vários seguimentos da sociedade. A Educação passa a ser um desses segmentos com o fortalecimento das TIC, bem como da EAD. Contudo, sabe-se que essa integração entre Educação e TIC ainda está à margem do estado ideal, porém, novas evoluções são percebidas conforme essa realidade passa a ser uma necessidade para educadores e instituições de ensino que, por consequência, passam a revisar e (re)pensar suas práticas pedagógicas. Um exemplo desses avanços é o ensino híbrido, que, segundo Bacich, Neto e Trevisani (2015):

Trata-se de um modelo de ensino que pressupõe o uso da tecnologia para o desenvolvimento das atividades dentro e fora da classe, em que o aluno é estimulado a buscar o conhecimento com a mediação do professor e da escola (BACICH, NETO, TREVISANI, 2015 p. 181)

Mediante essa forte tendência, intitulada ensino híbrido, observada com base na “invasão” das tecnologias no cotidiano humano, as práticas pedagógicas precisam ser revistas e (re)pensadas, de forma que, segundo SILVA,2000:

É preciso enfatizar: o essencial não é a tecnologia, mas um novo estilo de pedagogia sustentado por uma modalidade comunicacional que supõe interatividade, isto é, participação, cooperação, bidirecionalidade e multiplicidade de conexões entre informações e atores envolvidos. Mais do que nunca o professor está desafiado a modificar sua comunicação em sala de aula e na educação. Isso significa modificar sua autoria enquanto docente e inventar um novo modelo de educação (SILVA, 2000, p.15).

Antes dessas novas tendências se consolidarem como parte fundamental da Educação, é necessário que haja uma reformação dos professores, com vista no realce de suas habilidades dentro dos meios digitais de informação e comunicação.

Fica evidente assim, a importância da atuação deste profissional que promoverá, em diferentes momentos, o convívio e a interatividade entre alunos e Instituição de ensino, assegurando um fluxo de comunicação bidirecional e, sobretudo, interativo, constituindo-se de um processo de coparticipação, garantindo ao discente da EAD,

um processo de ensino personalizado e adequado às suas necessidades acadêmicas. (Arbaad, 2009).

O objetivo deste trabalho é analisar e descrever o papel das TIC no cumprimento das metas do PNE, e com as mudanças que vem ocorrendo no campo educacional, justifica a realização da pesquisa, e sabendo que este novo modelo da proposta pedagógica tecnológica que é o ensino híbrido, vindo a se expandir cada vez mais no País.

2 HISTORIA DA EAD NO BRASIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES

O conceito fundamental de EAD vem sendo considerado como muito antigo, mas os relatos anteriores ao século XX não foram registrados aqui no Brasil, tudo que se conhece é posterior.

De acordo com Alves, 2011, *apud* (MAIA e MATTAR,2007; ARCONCEN,2010; RODRIGUES,2010; SANTOS,2010), os dados coletado e relacionado no Quadro 1, são episódios que se tornaram marcos na História da Educação a Distância no Brasil.

Quadro 1 - Historia da Educação a Distância no Brasil.

- 1904 – o Jornal do Brasil registra, na primeira edição da seção de classificados, anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo;
- 1923 – um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que oferecia curso de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Tinha início assim a Educação a Distância pelo rádio brasileiro;
- 1934 – Edgard Roquette-Pinto instalou a Rádio–Escola Municipal no Rio, projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal. Os estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, e também era utilizada correspondência para contato com estudantes;
- 1939 – surgimento, em São Paulo, do Instituto Monitor, o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência, na época ainda com o nome Instituto Rádio– Técnico Monitor;
- 1941 – surge o Instituto Universal Brasileiro, segundo instituto brasileiro a oferecer também cursos profissionalizantes sistematicamente. Fundado por um ex-sócio do Instituto Monitor, já formou mais de 4 milhões de pessoas e hoje possui cerca de 200 mil alunos; juntaram-se ao Instituto Monitor e ao Instituto Universal Brasileiro outras organizações similares, que foram responsáveis pelo atendimento de milhões de alunos em cursos abertos de iniciação profissionalizante a distância. Algumas dessas instituições atuam até hoje. Ainda no ano de 1941, surge a primeira Universidade do Ar, que durou até 1944.
- 1947 – surge a nova Universidade do Ar, patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas. O objetivo desta era oferecer cursos comerciais radiofônicos. Os alunos estudavam

nas apostilas e corrigiam exercícios com o auxílio dos monitores. A experiência durou até 1961, entretanto a experiência do SENAC com a Educação a Distância continua até hoje;

- 1959 – a Diocese de Natal, Rio Grande do Norte, cria algumas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), marco na Educação a Distância não formal no Brasil. O MEB, envolvendo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Governo Federal utilizou-se inicialmente de um sistema rádio-educativo para a democratização do acesso à educação, promovendo o letramento de jovens e adultos;
- 1962 – é fundada, em São Paulo, a Ocidental School, de origem americana, focada no campo da eletrônica;
- 1967 – o Instituto Brasileiro de Administração Municipal inicia suas atividades na área de educação pública, utilizando-se de metodologia de ensino por correspondência. Ainda neste ano, a Fundação Padre Landell de Moura criou seu núcleo de Educação a Distância, com metodologia de ensino por correspondência e via rádio;
- 1970 – surge o Projeto Minerva, um convenio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, cuja meta era a utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos. O projeto foi mantido até o início da década de 1980;
- 1974 – surge o Instituto Padre Reus e na TV Ceará começam os cursos das antigas 5ª à 8ª séries (atuais 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), com material televisivo, impresso e monitores;
- 1976 – é criado o Sistema Nacional de Teleducação, com cursos através de material instrucional;
- 1979 – a Universidade de Brasília, pioneira no uso da Educação a Distância, no ensino superior no Brasil, cria cursos veiculados por jornais e revistas, que em 1989 é transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e lançado o Brasil EAD;
- 1981 – é fundado o Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio Anglo Americano que oferecia Ensino Fundamental e Médio a distância. O objetivo do CIER é permitir que crianças, cujas famílias mudem-se temporariamente para o exterior, continuem a estudar pelo sistema educacional brasileiro;
- 1983 – o SENAC desenvolveu uma série de programas radiofônicos sobre orientação profissional na área de comércio e serviços, denominada “Abrindo Caminhos”;
- 1991 – o programa “Jornal da Educação – Edição do Professor”, concebido e produzido pela Fundação Roquete-Pinto tem início e em 1995 com o nome “Um salto para o Futuro”, foi incorporado à TV Escola (canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação) tornando-se um marco na Educação a Distância nacional. É um programa para a formação continuada e aperfeiçoamento de professores, principalmente do Ensino Fundamental e alunos dos cursos de magistério. Atinge por ano mais de 250 mil docentes em todo o país;
- 1992 – é criada a Universidade Aberta de Brasília, acontecimento bastante importante na Educação a Distância do nosso país;
- 1995 – é criado o Centro Nacional de Educação a Distância e nesse mesmo ano também a Secretaria Municipal de Educação cria a MultiRio (RJ) que ministra cursos do 6º ao 9º ano, através de programas televisivos e material impresso. Ainda em 1995, foi criado o Programa TV Escola da Secretaria de Educação a Distância do MEC;

- 1996 – é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação, dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira. É neste ano também que a Educação a Distância surge oficialmente no Brasil, sendo as bases legais para essa modalidade de educação, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, embora somente regulamentada em 20 de dezembro de 2005 pelo Decreto nº 5.622 (BRASIL, 2005) que revogou os Decretos nº 2.494 de 10/02/98, e nº 2.561 de 27/04/98, com normatização definida na Portaria Ministerial nº 4.361 de 2004 (PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO a , 2010).
- 2000 – é formada a UniRede, Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne atualmente 70 instituições públicas do Brasil comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Nesse ano, também nasce o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), com a assinatura de um documento que inaugurava a parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, as universidades públicas e as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.
- 2002 – o Cederj é incorporado a Fundação Centro de Ciências de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ).
- 2004 – vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EAD, foram implantados pelo MEC. Entre eles o Proletramento e o Mídias na Educação. Estas ações conflagraram na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil.
- 2005 – é criada a Universidade Aberta do Brasil, uma parceria entre o MEC, estados e municípios; integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância.
- 2006 – entra em vigor o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, incluindo os da modalidade a distância (BRASIL, 2006).
- 2007 – entra em vigor o Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera dispositivos do Decreto nº 5.622 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2007).
- 2008 – em São Paulo, uma Lei permite o ensino médio a distância, onde até 20% da carga horária poderá ser não presencial.
- 2009 – entra em vigor a Portaria nº 10, de 02 julho de 2009, que fixa critérios para a dispensa de avaliação in loco e deu outras providências para a Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil (BRASIL, 2009).
- 2011 – A Secretaria de Educação a Distância é extinta.

Fonte: ALVES, pág 87-902011.

A EAD se efetivou e ampliou a longos passos pelo país e, desde suas origens até agora, no século XXI, vem se transformando progressivamente em prol de adequações para diversos problemas da Educação. Hoje é possível enxergar como um desses problemas a necessidade de conseguir atingir as seguintes metas do PNE:

Meta 13 Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores.

Meta 14 Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Meta 15 Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do art. 61 da Lei nº 9.394/1996, assegurando-lhes a devida formação inicial, nos termos da legislação, e formação continuada em nível superior de graduação e pós-graduação, gratuita e na respectiva área de atuação.

Meta 16 Formar, até o último ano de vigência deste PNE, 50% dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação stricto ou lato sensu em sua área de atuação, e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos dos vários sistemas de ensino.

BRASIL 2017

As TIC serão de suma importância para o cumprimento destas metas, e será uma grande aliada na propagação de um novo modelo de educação.

Com o novo marco da EAD, que de acordo com o Decreto 9.057 de 26 de maio de 2017, o país tem uma nova política educacional que regulamenta a EAD. Portanto, conclui-se que esse marco é vital para designar normas mais rigorosas de forma a garantir e assegurar a qualidade das Instituições de EAD, no que se refere a projetos educacionais e infraestrutura, diretrizes de avaliações e aprendizagem dos alunos e, o mais importante, que se tenha profissionais qualificados para dar maior suporte na EAD.

3 A LEGISLAÇÃO E SEUS DESAFIOS

Com a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) 9394 de 20 de Dezembro de 1996, também surgem novos rumos e concretização de uma nova modalidade ensino, que, conforme o Artigo 80, regulariza a criação dos programas de EAD em todos os níveis e modalidades de ensino.

Segundo o Artigo 80:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

A referida Legislação foi, gradativamente, se estabelecendo e, de acordo com as predileções distintas, desde o início do século XX a EAD vem sendo aplicado no Brasil, mas só se concretizou depois da terceira LDB, na qual a EAD foi anuída. Para efetivação do Artigo 80, foi concebida uma regulamentação dada por os decretos 2.492 e 2.561 de 1988 (delimitando que pelo menos 20% aulas ofertadas deve ser presencial), depois sendo os dois revogados pelo decreto 5.622 de 2005 que era referencial, e atualmente revogado pelo Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017. Este Decreto vem concretizar o que já vem acontecendo com a EAD. Conforme BRASIL:

A educação a distância cresce em ritmo mais acelerado que a presencial. Os dados do último Censo da Educação Superior, de 2015, mostram que enquanto o ensino presencial teve um crescimento de 2,3% nas matrículas em 2015 em relação a 2014, o ensino a distância teve expansão de 3,9%. Com isso, a educação a distância atinge a participação de 17,4% do total de matrículas da educação superior.

A rede privada concentra a maior parte das matrículas na modalidade (1.265.359) o que representa 90,8% do total de 1.393.752 registradas em 2015. Apesar do aumento de 23,1% no número de concluintes do ensino a distância, índice maior que nos presenciais (9,4%), muitos estudantes ainda deixam o curso sem concluí-lo. Nas instituições privadas, a taxa de evasão nos cursos a distância (EAD) é 35,2%, taxa superior a evasão nos cursos presenciais, que é 27,9%.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todas essas comprovações, pode-se concluir que as TIC no cumprimento das metas do PNE com o decreto 9.057/2017, atravessa um momento histórico na EAD, cheio de desafios que segundo BRASIL:

O intuito é ajudar o país a atingir a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que determina a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida em 33% da população de 18 a 24 anos. Na mesma linha, as IES públicas ficam automaticamente credenciadas para oferta EaD, devendo ser recredenciadas pelo MEC em até 5 anos após a oferta do primeiro curso EaD.

Sendo assim, o referido trabalho aponta para o desejo de se fortalecer, as distâncias entre o ensino convencional e o ensino híbrido, bem como a regulamentação da EAD como alvo de discursão, de forma a ter um olhar mais atento ao planejamento que garante a qualidade do ensino e aprendizagem. Tudo isso, obviamente, requer políticas públicas direcionadas para EAD. De acordo com a fala do secretário BRASIL:

Para o Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Henrique Sartori, “esses quantitativos levam em consideração a preocupação que o Ministério da Educação tem em relação à qualidade das instituições, já que elas poderão criar mais polos conforme a qualidade que a instituição possui e apresentar para a educação a distância. Então a criação dos polos fica condicionada à gradação da qualidade que as instituições do sistema possuem”.

Mesmo com o novo decreto 9.057/2017 ainda existem muitas dúvidas sobre como os cursos vão ser gerenciados, para não causar prejuízos no ensino aprendizagem do aluno. São exemplos disso, apesar de todos os decretos, portarias e leis ministeriais com propósito e interesses políticos econômicos de alguns, todas as “manobras” que ocorrem por falta de uma legislação específica do MEC, que daria um norte ao ensino de EAD.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10, n. 1, 2011.

BACHIC, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org).
Ensino Híbrido: personalização e Tecnologia na Educação. Porto Alegre: Penso.
2015.

BELLONI, Maria L. **Educação a distância.** 5. ed. Campinas: Autores Associados,
2008.

BRASIL, **DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017**
Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as
diretrizes e bases da educação nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm ACESSADO em 10/06/2017 BRASIL 2017

BRASIL, MEC **atualiza regulamentação de EaD e amplia a oferta de cursos**
21 de junho de 2017 <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=50451>
ACESSADO EM 23/06/2017

BRASIL, Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional
de Educação <http://pne.mec.gov.br/> ACESSADO EM 10/06/2017

BRASIL, **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm BRASIL ACESSADO EM
13/06/2017

G. S Abbad, T. Zerbini & D. B. L. Souza **Panorama das pesquisas em educação a
distância no Brasil** <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v15n3/a09v15n3>
ACESSADO EM 20/05/2017

HENRIQUES, Cecília Machado; AIMI, Daniela da Silva; GIORDANI, Estela Maris;
FELDKERCHER, Nadiane. **Implicações dos profissionais envolvidos nas práticas
pedagógicas em educação a distância.** Revista Paidéi@, UNIMES VIRTUAL,
Volume 1, número 2, dez.2008. Disponível em:
<http://revistapaideia.unimesvirtual.com.br>. ACESSADO EM: _12/04/2017

INEP, Censo Educação Superior
2014 http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2014/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2014.pdf ACESSADO EM 11/06/2017

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed.34, 2005.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos Te BEHRENS, Marilda Aparecida . **Novas
Tecnologias e Mediação Pedagógica.** São Paulo, Papirus Editora, 10ª Edição 2006

SILVA, M. **Sala de aula interativa.** Rio de Janeiro: Quartet, 20